CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ
Avenida Papa João XXIII, 239 - CEP 87010-260 - Maringá - PR - https://www.cmm.pr.gov.br

REQUERIMENTO Nº 584/2025

Maringá, 27 de fevereiro de 2025.

O adiante nomeado, Vereador com assento à Câmara Municipal, no uso de suas atribuições regimentais, ouvido o Egrégio Plenário, requer ao Exmo. Sr. **Sílvio Magalhães Barros II**, Prefeito Municipal, que informe a esta Casa de Leis, para fins de esclarecimento público, relativamente às medidas adotadas para mitigar os impactos das altas temperaturas na região de Maringá, especialmente na proteção à saúde dos servidores que atuam ao ar livre, o quanto segue:

1 - quais iniciativas o Executivo Municipal tem adotado para enfrentar as elevadas temperaturas que afetam a região de Maringá, levando em conta os impactos na saúde e no bem-estar da população, dos servidores públicos e dos trabalhadores terceirizados. Caso existam, detalhe minuciosamente cada iniciativa; caso não existam, esclareça os motivos da ausência de tais medidas;

2 - qual órgão de aferição meteorológica (ex.: INMET, Simepar ou outro) é adotado como referência oficial para monitoramento das condições de calor extremo na região. Caso haja, informe detalhadamente como os dados são utilizados para proteger os trabalhadores; caso não haja, informe os motivos e se há intenção de adotar um padrão;

3 - quais medidas específicas foram implementadas para diminuir os impactos das altas temperaturas na vida dos servidores municipais e trabalhadores terceirizados que atuam ao ar livre, especialmente nos horários de pico de calor e exposição solar, entre 12h e 16h. Caso haja, informer detalhadamente as medidas adotadas; caso não haja, informer os motivos;

4 - se o Poder Executivo fornece aos servidores que desempenham atividades ao ar livre os devidos itens de proteção, como protetor solar, chapéus, Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados, água potável em quantidade suficiente, vestimentas com proteção UV e outras medidas preventivas contra condições climáticas adversas, incluindo insolação excessiva, calor, frio, umidade e ventos intensos. Além disso, se são disponibilizados abrigos, ainda que rústicos, para resguardar os trabalhadores das intempéries. Caso tais itens e medidas sejam fornecidos, detalhe as modalidades, a forma e a periodicidade da disponibilização. Caso contrário, esclareça os motivos da não implementação dessas ações;

5 - se existe uma escala de exposição ou rodízio de equipes para o trabalho ao ar livre em dias de calor extremo, visando minimizar os riscos à saúde (ex.: limite de horas consecutivas, alternância de turnos). Caso haja, informe detalhadamente o critério adotado; caso não haja, informe os motivos e se há intenção de estabelecer tal escala;

6 - se há políticas ou orientações específicas para oferecer suporte médico ou preventivo aos trabalhadores expostos (ex.: acesso a exames de saúde, campanhas de conscientização sobre insolação e desidratação). Caso haja, informe detalhadamente; caso não haja, informe os motivos e se há planos nesse sentido;

7 - se o Poder Executivo considera a possibilidade de adequar os horários de trabalho ao ar livre em dias de calor extremo (ex.: priorizar atividades em períodos mais frescos, como manhã ou fim de tarde). Caso haja, informe detalhadamente; caso não haja, informe os motivos e se há estudos para essa adequação;

8 - se há previsão ou possibilidade de disponibilização de vestimentas com proteção UV aos servidores, visando resguardar sua saúde dos efeitos da radiação solar. Caso essa medida esteja

prevista ou em implementação, detalhe os critérios e a forma de distribuição. Caso contrário, esclareça os motivos da não adoção dessa iniciativa;

9 - se existe estudo econômico, técnico ou planejamento orçamentário para implementar medidas de proteção contra o calor extremo, incluindo as mencionadas acima. Caso haja, informe detalhadamente os resultados, custos estimados e estágio atual; caso não haja, informe os motivos e se há previsão de realização.

As altas temperaturas na região de Maringá têm gerado preocupações quanto à saúde dos servidores públicos e terceirizados que desempenham atividades ao ar livre, especialmente entre 12h e 16h, período de maior incidência de calor e radiação solar. A Constituição Federal (art. 196) e a Constituição do Estado do Paraná (art. 143) estabelecem o dever do Poder Público de proteger a saúde, enquanto a Lei Orgânica de Maringá (art. 7º) reforça essa obrigação no âmbito municipal. Este requerimento busca esclarecer as ações do Executivo, os parâmetros meteorológicos adotados e a viabilidade econômica dessas medidas, visando garantir condições dignas de trabalho e prevenir riscos à integridade física dos servidores.

Atenciosamente, Vereador Lemuel Do Salvando Vidas.

Plenário Vereador Ulisses Bruder.

Documento assinado eletronicamente por **Lemuel Wilson Rodrigues**, **Vereador**, em 06/03/2025, às 08:59, conforme Lei Municipal 9.730/2014.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.cmm.pr.gov.br/verifica informando o código verificador **0376556** e o código CRC **CDB79773**.